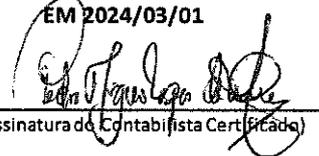
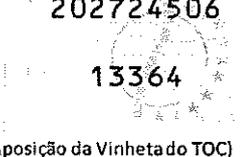
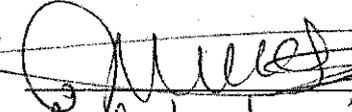
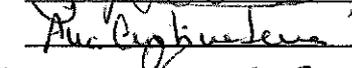
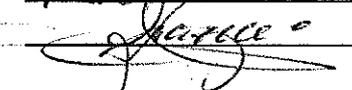
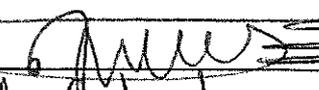
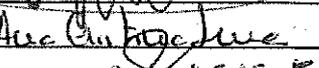
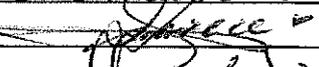
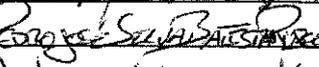
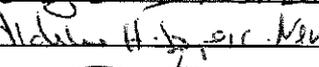
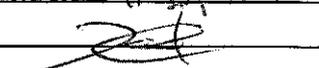
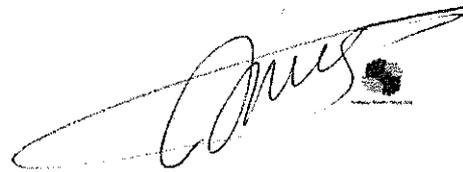


ENTREGUE NO I.S.S.S DE	PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	ANO DE 2023
-----------------------------------	---	-----------------------------

<p>DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz</p> <p>MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda</p> <p>N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital</p> <p>FREGUESIA: Oliveira do Hospital</p> <p>CONCELHO: Oliveira do Hospital COD. POSTAL: 3400-083</p> <hr/> <p>ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA DO ISS, IP</p> <p>PARECER: EM ____/____/____</p> <hr/> <p>DESPACHO: EM ____/____/____</p> <hr/> <p style="text-align: right;">202724506</p> <p style="text-align: center;">13364</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;"> <p>EM 2024/03/01</p>  <p>(Assinatura do Contabilista Certificada)</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>(Aposição da Vinheta do TOC)</p> </div> </div>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">RESERVADO AOS SERVIÇOS</th> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Dist.</td> <td style="text-align: center;">Conc.</td> <td style="text-align: center;">IPSS</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">COD.</td> <td style="text-align: center;"> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> </td> <td style="text-align: center;"> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> </td> </tr> </table>	RESERVADO AOS SERVIÇOS			Dist.	Conc.	IPSS	COD.	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
RESERVADO AOS SERVIÇOS										
Dist.	Conc.	IPSS								
COD.	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>								

<p>O CONSELHO EXECUTIVO:</p> <p>LOCAL: Oliveira do Hospital</p> <p>DATA: 01-03-2024</p> <p>ASSINATURAS</p> <p>Presidente </p> <p>Secretário </p> <p>Tesoureiro </p>	<p>APROVADO PELO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO:</p> <p>LOCAL: Oliveira do Hospital</p> <p>DATA: 27/março/2024.</p> <p>ATA Nº: 574.</p> <p>ASSINATURAS</p> <p>Presidente </p> <p>Secretário </p> <p>Tesoureiro </p> <p>Vogal </p> <p>Vogal </p> <p>Vogal </p> <p>Vogal </p>
--	---



ÍNDICE

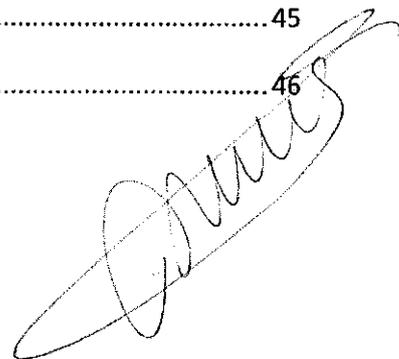
1 - Introdução	7
2 – A Instituição no meio envolvente	7
3 – Atividade	9
3.1 – Áreas de Atividade	9
3.2 – Matriz Custos da Atividade	12
4 – Investimentos	13
4.1 – Investimento Realizados no Ano 2023	13
5 – Produção	14
6 – Recursos Humanos	15
7 - Perspetiva para o futuro	16
8 – Aplicação de Resultados	16
BALANÇO	17
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	18
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	19
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	20
1 Identificação da Entidade	21
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	21
3 Principais Políticas Contabilísticas	21
3.1 Bases de Apresentação	21
3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):	21
3.1.2 Continuidade	22
3.1.3 Compreensibilidade	22
3.1.4 Relevância	22
3.1.5 Materialidade	22
3.1.6 Fiabilidade	22
3.1.7 Representação Fidedigna	22
3.1.8 Substância sobre a forma	22

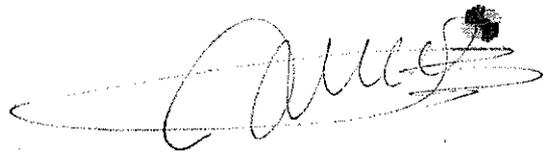
3.1.9	Neutralidade	23
3.1.10	Prudência	23
3.1.11	Plenitude	23
3.1.12	Comparabilidade	23
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	23
3.2.1	Fluxos de Caixa	23
3.2.2	Ativos Fixos Tangíveis	24
3.2.3	Ativos Intangíveis	24
3.2.4	Bens do património histórico e cultural	24
3.2.5	Investimentos financeiros	24
3.2.6	Inventários	24
3.2.7	Instrumentos Financeiros	25
	➤ Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	25
	➤ Clientes e outras contas a Receber	25
	➤ Outros ativos e passivos financeiros	25
	➤ Caixa e Depósitos Bancários	25
	➤ Fornecedores e outras contas a pagar	25
3.2.8	Fundos Patrimoniais	25
3.2.9	Provisões	25
3.2.10	Financiamentos Obtidos	26
	➤ Empréstimos obtidos	26
	➤ Locações	26
3.2.11	Estado e Outros Entes Públicos	26
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	26
5	Ativos tangíveis	26
6	Ativos Intangíveis	28
7	Locações	29



8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	29
9	Inventários.....	29
10	Rédito	29
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	30
	➤ Provisões.....	30
	➤ Passivos contingentes.....	30
	➤ Ativos contingentes	30
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	30
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	31
14	Imposto sobre o Rendimento.....	31
15	Benefícios dos empregados.....	31
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	32
17	Outras Informações.....	32
	17.1 Investimentos Financeiros.....	32
	17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	33
	17.3 Créditos a Receber.....	33
	17.4 Outros Ativos Correntes	34
	17.5 Diferimentos	35
	17.6 Caixa e Depósitos Bancários	35
	17.7 Fundos Patrimoniais	36
	17.8 Fornecedores	36
	17.9 Estado e Outros Entes Públicos	36
	17.10 Outros Passivos Correntes	37
	17.11 Outros Passivos Financeiros	38
	17.12 Subsídios, doações e legados à exploração	38
	17.13 Fornecimentos e serviços externos.....	39
	17.14 Outros rendimentos.....	39

17.15	Outros gastos.....	39
17.16	Trabalhos para a Própria Entidade.....	40
17.17	Resultados Financeiros.....	40
17.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	41
ANEXOS.....		42
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA.....		43
ATA CONSELHO FISCAL.....		44
CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....		45
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....		46





ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde	11
Ilustração 2 - Prestações de Serviços	15
Ilustração 3 - Resultado Líquido	15
Ilustração 4 - Ativos Fixos Tangíveis 2022	27
Ilustração 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2023	27
Ilustração 6 - Ativos Fixos Intangíveis 2022	28
Ilustração 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2023	28
Ilustração 8 – Inventários	29
Ilustração 9 – Rédito	29
Ilustração 10 - Subsídios e Apoios do Governo	31
Ilustração 11 - Benefícios dos Empregado	32
Ilustração 12 - Investimentos Financeiros	33
Ilustração 13 - Créditos a Receber	34
Ilustração 14 - Outros Ativos Correntes	34
Ilustração 15 – Diferimentos	35
Ilustração 16 - Caixa e Depósitos Bancários	36
Ilustração 17 - Fundos Patrimoniais	36
Ilustração 18 - Fornecedores	36
Ilustração 19 - Estado e Outros Entes Públicos	37
Ilustração 20 - Outros Passivos Correntes	37
Ilustração 21 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração	38
Ilustração 22 – Fornecimentos e Serviços Externos	39
Ilustração 23 – Outros Rendimentos	39
Ilustração 24 – Outros Gastos	39
Ilustração 25 – Trabalhos para a Própria Entidade	40
Ilustração 26 – Resultados Financeiros	40

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2023

1 - Introdução

De forma a dar cumprimento ao estabelecido nos Estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS (FAAD), procede-se à elaboração e apresentação das contas e relatório de atividades do exercício findo a 31 de dezembro. Este é um documento agregador de um conjunto de informação relevante para a instituição, através do qual é possível aferir o que tem vindo a ser a atividade da FAAD ao longo dos anos, com especial foco no ano transato.

Todos os mapas contabilísticos foram elaborados de acordo com a legislação em vigor.

2 – A Instituição no meio envolvente

A FAAD é uma instituição que procura estar atenta aos fenómenos sociais que acontecem à sua volta, não só porque interferem com o modo como age mas especialmente porque tem de dar resposta às diversas externalidades negativas que a vida hodierna provoca. Ao fazê-lo tem, para além de outros não menos importantes de cariz ético e moral, imperativos normativos a respeitar bem como se sujeitar, mesmo que com elas fundamentadamente não concorde, a políticas superiormente definidas pelas entidades públicas nos diversos domínios de atuação, desde a saúde, ação social e educação.

Este preâmbulo tem por objetivo nortear a leitura desde documento sob o prisma dessas limitações, especialmente no campo da saúde. O ano de 2023 foi profícuo em alteração no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, desde logo com a progressiva extinção do nosso principal interlocutor – ARS Centro – no âmbito da criação da figura de CEO do SNS e a transferência de competências para organismos como a ACSS. Pelo meio, a queda do governo no último trimestre veio acrescentar maior indefinição nessas políticas, com particular ênfase no Hospital da FAAD por estarem a decorrer conversações no sentido do reforço da verba disponível para a sua atividade, numa altura em que já se havia iniciado um incremento da atividade, por instruções da ARS Centro, para dar resposta a um conjunto elevado de doentes cuja despesa já não tinha cabimento no teto de 1,9 milhões de euros previstos. Esse *plafond*, para ser respeitado, obrigaria ao encerramento do serviço de urgência no início de agosto e limitou a atividade cirúrgica ao mês de junho, para só ser retomado em outubro após o pedido daquele organismo para que os doentes com essa necessidade não ultrapassassem os Tempos Máximos de Resposta Garantida definidos. Porém, essa resposta positiva acarretou a utilização de uma verba extra na ordem dos 463 mil euros que, à data de hoje, ainda não estão faturados aguardando instruções que tardam em chegar, não obstante os diversos contactos em toda a estrutura do Ministério, iniciando na ARS Centro até ao próprio Ministro. Dizer que esse processo negocial é uma prova de salto em barreiras é pouco, pois é feita também de avanços e recuos e de promessas que vão sendo defraudadas e em que a única certeza foi a nossa disponibilidade de manter uma porta aberta sem encerrar serviços que são vitais para a população que temos por dever servir. Se mais não disponibilizamos é porque administrativamente, por parte dos agentes do Ministério, vão castrando essa possibilidade: a título de exemplo, dizer que só em maio foi



disponibilizada a referência CTH para as consultas de especialidade aos clínicos dos Centros de Saúde e que a encerraram parcialmente nas especialidades cirúrgicas em agosto e a todas as demais no início de outubro, apenas porque perceberam que a valorização das necessidades dos utentes, inventariadas em consulta nesses poucos meses, já ultrapassava a despesa prevista para todo o ano de 2023. Há um problema de fundo, assente num pressuposto eventualmente ideológico, de que este Hospital da rede social e solidária não pode ser uma unidade de saúde de referência para a população, contrariando uma realidade que é por demais evidente.

Também a capacidade de investimento nesta área está dependente do que é politicamente definido, sendo que na área da saúde a tão famigerada “bazuca” do PRR tem sido uma pequena fisga, pois os avisos publicados estão orientados para os Cuidados Continuados e, mesmo assim, como a definição de concelhos prioritários para a qual Oliveira do Hospital tem ficado afastado. Exemplo disso é a Residência de Apoio Máximo para Adultos (RAMA) no âmbito da Saúde Mental, não podendo deixar de referir que o projeto piloto para a FAAD, com 8 utentes, está arredado de apoio à edificação e está reservado para o primeiro trimestre de 2024 poder iniciá-lo, aguardando uma definição do município quanto à eventual cedência de espaço devoluto na freguesia de Travanca de Lagos para a poder operacionalizar.

Ainda na área da saúde há que fazer notar a grande dificuldade em ter ao serviço quadros médicos, havendo inclusive áreas em que temos equipamentos subutilizados por falta de técnicos, criando lista de espera em determinados MCDT's, especialmente imagiológicos, que se não deviam ter em benefício da população e da própria instituição. Tal facto decorre da escassez de médicos e da muito difícil capacidade de os cativar para virem trabalhar a Oliveira do Hospital.

Na área da ação social, foram terminados os procedimentos relativamente à candidatura PARES 3.0, aguardando-se reembolsos de verbas já pagas (1º reembolso já ocorreu em 2024) e com reflexos também já só em março deste ano, o aumento dos utentes participados em ERPI para a totalidade da capacidade e a celebração do acordo para a resposta social de Centro de Dia, que passa a ser desenvolvido também em Oliveira do Hospital a par com o do Centro Comunitário da Lageosa.

Iniciou também em junho uma nova resposta de Apartamento de Autonomização, como aceitação de uma candidatura PROCOOP no ano de 2019, que transitoriamente está a ocupar um dos apartamentos do Prédio Madeira mas que será deslocalizada para local ainda a definir pois esse prédio, bem como o da antiga pensão, irão entrar em obras em 2024 na sequência das candidaturas à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT) promovidas pelo IHRU. Esse apartamento de autonomização está, ao dia de hoje, com a ocupação total (5 jovens) e tem merecido uma avaliação positiva dos responsáveis da Segurança Social.

Já quanto à infância, temos os estabelecimentos ocupados na sua plena capacidade, pelo que se apresentou também candidatura ao PRR para reverter uma sala de ATL em creche, sabendo que o novo Centro Escolar da cidade irá ter maiores espaços para ATL e presumindo uma redução de procura para as crianças mais velhas. Contudo, mesmo na hipótese desse acréscimo de 20 vagas, manteremos um problema de não podermos dar resposta a todas as crianças que transitam para Pré-Escolar, situação para a qual já antes demos conhecimento junto dos organismos regionais do Ministério da Educação.

Regra geral, a instituição beneficia do seu crescimento orgânico, como os números também o evidenciam como resultado sinérgico, pelo que em termos económicos existe um crescimento que não está assente no prejuízo de qualquer outro agente presente nesta região. Sendo a principal vertente a prestação de serviços, esse crescimento tem criado postos de trabalho que, na sua maioria são apresentados em pedidos de apoio à contratação nos programas PRR a decorrer. Contudo, não podemos deixar de referir que existe a entrada de outros prestadores em diversas áreas que, procurando posicionar-se, estão a apresentar serviços sem a preocupação da sustentabilidade das suas organizações no pressuposto de que haverá ajudas à sua exploração o que, aí sim, terá reflexos no erário público: somos pois críticos de alguns apoios e criação de respostas sociais sem aferir efetivamente o que já existe em termos de oferta, criados em locais já devidamente servidos de respostas como Apoio Domiciliário.

Do benefício económico de que resulta uma liquidez que tem vindo a ser rentabilizada em termos de aplicações financeiras sem risco associado (depósitos a prazo) acresce também uma vantagem no contexto europeu de aumento de taxas de juro, patente nas contas, bem como a possibilidade de, nas candidaturas apresentadas de apoio ao investimento, podermos garantir que a componente não elegível será alicerçada com capitais próprios.

3 – Atividade

3.1 – Áreas de Atividade

Neste ponto do relatório, far-se-á uma descrição mais pormenorizada da atividade desenvolvida pela FAAD no decorrer no ano 2023. Desta forma, será mais fácil perceber, com maior detalhe, o que foi a atividade da instituição em cada uma das suas áreas de intervenção.

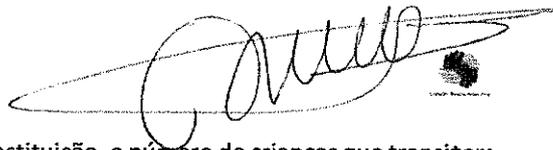
➤ Apoio à Terceira Idade

No decorrer do ano 2023, a atividade da FAAD no âmbito das diversas respostas sociais de apoio à terceira idade, manteve níveis muito aproximados dos apresentados no ano transato.

Os níveis de procura mantiveram-se estáveis, tendo a atividade destas respostas sociais decorrido dentro dos parâmetros normais e esperados.

➤ Apoio à Infância

Relativamente às respostas sociais de apoio à infância, o ano 2023 foi bastante profícuo, na medida em que se verificou o incremento da atividade nas três respostas sociais existentes (mais notório em creche e pré-escolar), que foi possível dar resposta em setembro passado pelo aumento da capacidade das salas possível por alteração legislativa. Importa aqui ressaltar que se tem verificado um aumento da procura por parte das famílias, essencialmente no que respeita à resposta social de creche, pelo que se tem formado lista de espera que motivou candidatura PRR para a conversão de espaços. No que respeita ao Pré-Escolar conseguimos resolver em 2023 a possibilidade de dar resposta a todos os utentes por apenas terem transitado os que completavam três anos até 15 de setembro, mas essa situação não se irá repetir



em 2024 pois, a haver interesse em todos se manterem na instituição, o número de crianças que transitam para a escola primária é muito inferior aos interessados em ingressar no Pré-Escolar.

➤ Atividade Hospitalar

Abrangendo a atividade hospitalar da FAAD diversas áreas, importa referirmo-nos a cada uma delas individualmente. Assim, no que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, ao longo do ano 2023, verificaram-se algumas oscilações comparativamente ao ano transato. Da totalidade de exames que disponibilizamos na FAAD, denota-se um decréscimo da procura em determinado tipo de exames, e noutros um acréscimo. Acreditamos que a diminuição da procura em alguns exames se prende diretamente com o facto de no nosso concelho e concelhos limítrofes haver um grande número de utentes sem médico de família, o que implica a redução do número de atendimentos. Erradamente poderá pensar-se em diminuição de despesa, pois não se trata de ganhos em saúde: não será exercício meramente académico relacionar tal facto com um acréscimo de diagnóstico de doenças que poderiam ter sido detetadas de modo embrionário e a conseqüente mortalidade em pessoas mais jovens após pandemia Covid 19.

Relativamente à consulta externa, na generalidade, verificou-se um aumento significativo do número de consultas realizadas (consultas de especialidade e também consultas de clínica geral), que apenas não foi ainda mais significativa pela limitação de acesso via referênciação CTH, que apenas funcionou em pleno entre meados de maio e agosto. Como referido anteriormente, o facto de muitos utentes estarem sem médico de família, leva a que estes recorram às diversas consultas de especialidade e à consulta de clínica geral aqui disponibilizadas, mesmo que muitas vezes tenham de suportar o custo da mesma por não serem beneficiários de sub-sistemas (ou estarem limitados na sua utilização) e/ou seguros de saúde.

Também o número de consultas realizadas no serviço de consulta aberta (urgência), em funcionamento na FAAD de segunda a sexta das 20:00h às 08:00h e aos fins de semana e feriados 24h, sofreu um acréscimo que consideramos expressivo (de aproximadamente 10%). Da análise destes números aferimos a importância deste serviço, não só para os oliveirenses, mas também para utentes dos concelhos limítrofes que a ele recorrem frequentemente, daí a sua manutenção em funcionamento mesmo após esgotada a verba prevista em protocolo.

No que respeita à atividade cirúrgica, no ano 2023, o total de intervenções realizadas foram 746, sendo este um número muito semelhante ao do período homólogo. Importa, neste ponto, salientar que à semelhança do que tem vindo a ocorrer nos anos anteriores, uma vez mais, a atividade cirúrgica esteve limitada pelo facto de termos um teto à faturação ao abrigo do protocolo com o SNS, pelo que só em Outubro, a pedido da ARS Centro, retomámos a atividade que havíamos suspenso em junho nesse âmbito.

Do total de intervenções cirúrgicas realizadas cerca de 50% foram ao abrigo do protocolo SNS, 21% ao abrigo do Programa SIGIC, 17% em regime particular e as restantes ao abrigo de diversos sub-sistemas de saúde (ADSE, Médic, ...). Comparativamente com o mesmo período do ano transato, as cirurgias realizadas ao abrigo do SNS, teve uma diminuição na ordem dos 10%, o que se deveu essencialmente ao facto de os

processos cirurgicos (SNS) terem origem em consulta realizada via CTH, que em 2023 só ficou disponível já no decorrer do 2º trimestre. Por sua vez, as cirurgias particulares tiveram um acréscimo na ordem dos 10%; as cirurgias via Protocolo SIGIC, cerca de 4% e as de outros sub-sistemas cerca de 5%. Estes dados demonstram que a FAAD apresenta efetiva capacidade instalada e atratividade de oferta no que à atividade cirurgica diz respeito, encontrando-se limitada no que respeita à atividade via SNS apenas pela existência de referido teto à apresentação de despesa junto da ARS Centro. Tendo os utentes a necessidade de ver os seus problemas resolvidos com brevidade e com o objetivo de evitarem o agravamento da patologia, a cirurgia em regime particular tem sido uma opção para alguns utentes, tendo procurado que o valor apresentado a cada um tenha paralelo com os custos junto do SNS, ou seja, sem procurar um incremento de rentabilidade sabendo das dificuldades da população em assumir esta despesa. Afinal, não sendo o lucro o propósito principal da FAAD, temos vindo a aceder aos pedidos dos que nos procuram para a panaceia dos seus problemas de saúde, sempre na consciência de que a grande maioria não tem recursos financeiros para o poder fazer.

Nº Cirurgias por Sistema de Saúde

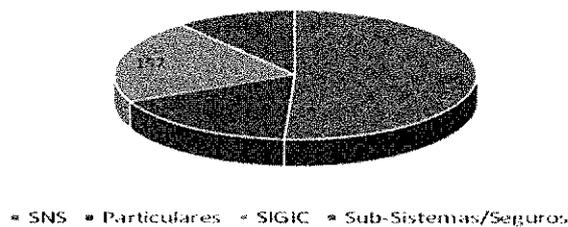


Ilustração 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde

O internamento médico teve um crescimento, sendo que foi celebrado acordo com o Centro Hospitalar Tondela-Viseu para receber, a suas expensas, até 8 doentes em simultâneo daquela unidade, o que permitiu prestar serviços sem utilização das verbas alocadas pelo protocolo SNS.

Ainda assim, houve a necessidade de fechar uma ala de internamento durante 4 meses para uma melhor gestão dos recursos humanos, fator predominante para a redução de custos necessária à dita sustentabilidade económica: tratou-se não de uma decisão estratégica mas sim de acomodar um mal menor, frustradas que foram todas as possibilidades de durante aquele período de tempo poder ter os serviços a funcionar em pleno por não haver indicação de quem poderia assumir a despesa não obstante haver utentes para atender

No que aos cuidados de saúde diz respeito, mantém-se ainda em funcionamento a Unidade Móvel de saúde. Este serviço é prestado em três freguesias do concelho de Oliveira do Hospital (São Gião, Aldeia das Dez e Lourosa), freguesias essas, cujos habitantes apresentam acrescidas dificuldades nas deslocações à sede de concelho onde têm disponíveis os serviços de saúde básicos. Desta forma, a Unidade Móvel de Saúde possibilita que estas populações usufruam de alguns cuidados de saúde que são essências, tais como: rastreio da glicémia capilar para controlo de diabetes, monitorização da tensão arterial, administração de injetáveis (em função de prescrição médica) e requisição de receituário crónico. Neste

momento são cerca de 150 utentes que, frequentemente, usufruem destes nossos serviços, que é apoiado pelo Município de Oliveira do Hospital e logisticamente pelas Juntas de-Freguesia.

3.2 – Matriz Custos da Atividade

Neste ponto, apresentamos uma grelha na qual é possível aferir de forma mais perceptível os gastos inerentes à atividade da FAAD, por percentagens.

	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Valor €	%										
Total Proveitos	6 364 880,07 €	100,0%	6 531 366,49 €	100,0%	6 570 409,86 €	100,0%	7 245 396,20 €	100,0%	7 913 275,71 €	100,0%	8 665 036,79 €	100,0%
Gastos Pessoal	3 053 712,47 €	48,0%	3 236 207,76 €	49,5%	3 092 078,07 €	47,1%	3 505 818,23 €	48,4%	3 587 277,42 €	45,3%	3 774 749,21 €	43,6%
Honorários	1 508 970,84 €	23,7%	1 423 678,89 €	21,8%	1 315 781,25 €	20,0%	1 567 596,95 €	21,6%	1 859 936,67 €	23,5%	1 899 187,12 €	21,9%
Eletricidade	59 348,33 €	0,9%	57 198,53 €	0,9%	55 488,91 €	0,8%	57 484,27 €	0,8%	35 220,55 €	0,4%	27 487,95 €	0,3%
Combustíveis - Veiculos	7 411,97 €	0,1%	13 868,54 €	0,2%	12 584,90 €	0,2%	15 797,55 €	0,2%	24 073,39 €	0,3%	15 537,59 €	0,2%
Gás/Pellets	60 171,95 €	0,9%	76 774,95 €	1,2%	65 302,44 €	1,0%	61 741,78 €	0,9%	105 035,52 €	1,3%	106 958,47 €	1,2%
Água	775,31 €	0,0%	8 302,61 €	0,1%	9 509,07 €	0,1%	11 026,42 €	0,2%	22 581,27 €	0,3%	26 907,13 €	0,3%
Manut/Conserv/Serv Esp	189 405,23 €	3,0%	157 287,87 €	2,4%	169 872,80 €	2,6%	130 091,43 €	1,8%	195 212,09 €	2,5%	160 147,10 €	1,8%
CMVMC	1 008 982,68 €	15,9%	1 003 346,62 €	15,4%	1 142 156,09 €	17,4%	1 131 146,32 €	15,6%	1 268 691,22 €	16,0%	1 349 655,92 €	15,6%
Outros	476 101,29 €	7,5%	554 700,72 €	8,5%	707 636,33 €	10,8%	764 693,25 €	10,6%	815 247,58 €	10,3%	1 304 406,30 €	15,1%
Cash-Flow	297 675,44 €		470 682,02 €		437 888,76 €		564 429,46 €		630 309,18 €		1 185 679,27 €	
Cash-Flow/Proveitos	4,677%		7,206%		6,665%		7,790%		7,965%		13,683%	

Da análise à matriz apresentada, pode-se aferir que o valor global de proveitos sofreu um aumento significativo. No que respeita à percentagem de proveitos que é canalizada para cada uma das rubricas de gastos, verificam-se algumas variações, comparativamente ao ano transato. Ressalva-se a rubrica de gastos com pessoal e honorários, que apresenta um aumento do valor real, mas uma diminuição na percentagem de proveitos que por elas é absorvida. As rubricas de eletricidade e combustíveis apresentam um decréscimo do valor real e uma ligeira diminuição da percentagem de proveitos consumida, enquanto as rubricas de energia, água e o CMVMC mantêm percentagem bastante aproximadas das do ano transato. Contudo, para o corrente ano está previsto um aumento dos gastos com eletricidade, pois terminou em novembro o contrato de fornecimento com a EDP que havia sido firmado para 5 anos, o que nos permitiu ter custos reduzidos num contexto de tarifas muito elevadas dos últimos 2 anos.

A este propósito, também merece menção a transição de alguns custos energéticos dos combustíveis fósseis para a eletricidade, tendo neste momento a frota de viaturas afetas ao apoio domiciliário composta de viaturas elétricas ligeiras de mercadorias (cuja aquisição foi apoiada pelo programa de Mobilidade Verde do PRR) e uma outra viatura elétrica apoiada pela Fundação EDP (ligeira de passageiros).

Cerca de 65% dos proveitos são canalizados para gastos com pessoal e honorários, o que se explica pelo facto de toda a atividade da FAAD estar orientada para a prestação de cuidados, na sua maioria em regime de funcionamento de 24 horas, 7 dias por semana, o que requer que haja um grande número de colaboradores disponíveis para assegurar os serviços em todos os horários.

4 – Investimentos

4.1 – Investimento Realizados no Ano 2023

A realização de investimentos é crucial para o desenvolvimento de qualquer organização, pelo que a FAAD tem vindo a fazer um esforço para que, ano após ano, vão sendo realizados alguns investimentos de melhoria tanto ao nível das infraestruturas, como ao nível de equipamento e tecnologia. Ao longo dos tempos, estas melhorias vão tendo um impacto positivo na diversidade e qualidade dos serviços prestados.

O total de investimento realizado pela FAAD, ao longo do ano 2023, foi de 437.067,83€.

➤ Edifícios – Ampliação Cozinha

Há algum tempo que se verificava a necessidade de proceder à ampliação da cozinha, pelo facto de a estrutura existente ser manifestamente insuficiente para o número de refeições confeccionadas diariamente. Esta obra deu-se por concluída no decorrer do ano 2023 e teve um investimento global na ordem dos 293.583,72€.

A verba para infraestrutura foi cofinanciada pelo programa PARES 3.0, com um reforço de 20% da verba inicialmente aprovada por termos cumprido critérios de eficiência na execução (contratualmente reconhecida em maio/2023).

➤ Equipamento Cozinha e Material Hoteleiro

A par da ampliação e renovação do espaço da cozinha, foi necessário proceder à substituição do forno de convexão, pois o existente já não correspondia às necessidades.

Procedeu-se também à substituição de todo equipamento utilizado para a distribuição da alimentação aos utentes do hospital, tendo sido adquiridos tabuleiros isotérmicos e a respetiva louça adequada às necessidades e de acordo com as normas em vigor.

O investimento total nesta área foi de 23.921,28€.

➤ Equipamento Hospitalar

Recorrendo-se, cada vez mais, nas atividades em saúde a equipamentos técnicos, que estão sujeitos a uma rápida evolução tecnológica, é evidente a necessidade de proceder a investimentos que possibilitem a melhoria da qualidade e eficácia dos serviços prestados aos utentes. De forma a manter os padrões de qualidade pelos quais nos pautamos, a FAAD faz os possíveis para manter os seus equipamentos o mais atualizados possíveis.

O valor global do investimento para esta área foi de 87.413,97€, tendo sido adquirido equipamento para o bloco operatório, serviço de cardiologia e serviço de consulta alargada.

➤ Equipamento Informático e Administrativo

Cada vez mais, os procedimentos administrativos são realizados por meios informáticos, havendo a necessidade de garantir e colocar à disposição dos utilizadores meios que correspondam rápida e facilmente às necessidades. Há também a necessidade de garantir os níveis de segurança e confidencialidade dos dados, pelo que se tem vindo a proceder à renovação de alguns equipamentos.

Além do investimento em equipamento, tem sido realizado também investimento em *software*.

No ano 2023, o valor do investimento nesta área foi de 6.179,87€, em equipamento e 3.948,30€ em *software*.

Não obstante temos vindo a verificar problemas de desempenho na rede informática que implicarão investimentos ainda não orçamentados pois dependem muito do que venha a ser proposto quanto à evolução do *software* aplicacional em uso.

➤ Equipamento Diverso

Ao longo do ano 2023, houve a necessidade de adquirir alguns equipamentos de menor valor, mas de grande utilidade para o bom funcionamento dos nossos serviços. O valor global deste investimento foi na ordem dos 6.062,41€.

➤ Investimentos em Curso

Nesta rubrica foram realizados lançamentos referentes à obra de ampliação da cozinha, que se deu por concluída no ano 2023.

Foram também efetuados registos de despesa com projetos de arquitetura, a candidatar ao apoio do PRR.

À data de 31-12-2023 esta rubrica apresenta um saldo de 64.723,58€ (inclui saldos transitados de anos transatos no valor de 50.165,30€).

5 – Produção

No ano 2023, verificou-se um incremento dos serviços prestados de aproximadamente 1,5 milhões de euros, valor que contudo deve ser expurgado de valor (cerca de 1,125 milhões de euros) que antes era classificado como subsídio à exploração (por aplicação de normativo da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), como adiante se explicará. Este aumento verificou-se pelo facto de nos ter sido dada a possibilidade, por parte das entidades responsáveis, de ir além do valor protocolado, com o objetivo de minimizar listas de espera. Desta forma foi possível fazer um melhor aproveitamento da capacidade instalada da FAAD.

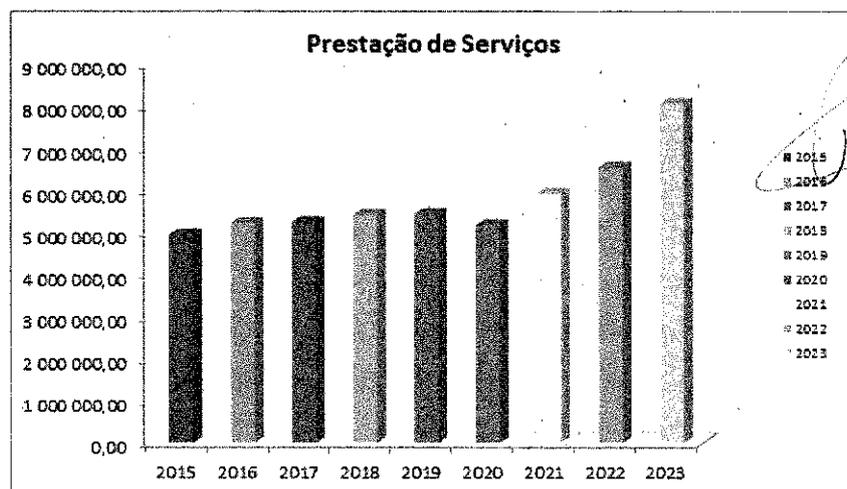


Ilustração 2 - Prestações de Serviços

O incremento da atividade teve como consequência direta a melhoria dos indicadores financeiros da FAAD.



Ilustração 3 - Resultado Líquido

6 – Recursos Humanos

No ano 2023, o montante inscrito na rubrica de gastos com pessoal foi de 3.774.749,21€. Fazendo uma análise comparativa com o período homólogo, verifica-se um aumento deste valor de aproximadamente 5%. Este acréscimo resulta, essencialmente, da atualização das tabelas salariais em vigor.

O quadro de pessoal tem vindo, ao longo dos anos, a sofrer algumas alterações. No ano 2023, o número de funcionários no quadro manteve-se em linha com o período homólogo, que por sua vez tinha tido um acréscimo de 3,5%.

dez-18	dez-19	dez-20	dez-21	dez-22	dez-23
212	203	193	205	212	211

Estes dados correspondem a funcionários com vínculo de trabalhadores por conta de outrem, sendo que o número de colaboradores é efetivamente muito superior por outro tipo de vínculos, dependendo da sua relação (avençados, através de outras empresas, etc.)



7 - Perspetiva para o futuro

Em linha com o que atrás de refere, o que se esboça está intimamente ligado ao que venha a ser definido de relacionamento do Hospital no âmbito do SNS:

- 1) A quem apresentar a faturação da produção solicitada pela ARS Centro para dar resposta à lista de espera, até agora ainda sem instruções claras mas promessa do Sr. Ministro de que seria para conceder uma verba extra protocolo;
- 2) Se a verba prevista para 2024 será revista de 1,9 milhões de euros para 3,5 ou se pelo menos será feito contrato paralelo para a urgência, tal como nos foi indicado que assim seria quando se iniciou esta colaboração em outubro de 2017.

Demais considerações prendem-se com investimentos, sendo que já foi submetida uma candidatura PRR ao aviso que prevê a criação de Habitação Comunitária e Colaborativa, em linha com a intenção há muito por nós anunciada das "casinhas" a edificar na zona nordeste da Quinta da Comenda e está ainda em aberto a candidatura para a RAMa, da qual não reunimos grande expectativa de aprovação por Oliveira do Hospital não estar em zona considerada prioritária e esse item corresponder a 40% do peso na avaliação da candidatura.

8 – Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração delibera que o resultado positivo do exercício 2023 no valor de 980.820,05€ seja incorporado em capitais próprios, por via da sua transferência para a conta de resultados transitados.

Oliveira do Hospital, 27 de março de 2023

Álvaro de Abreu Herdade

Ana Cristina Saraiva Gouveia Serra

Rogério António Pereira Prazeres

Pedro José Silva Batista Rúben

José António Madeira Dias

Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves

Daniel Luís Domingues e Dinis Costa

BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS

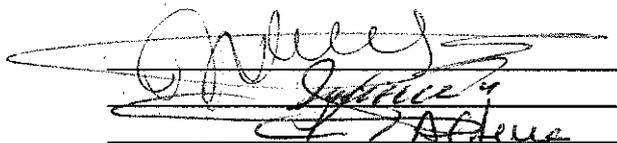
Contribuinte: 500746621

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

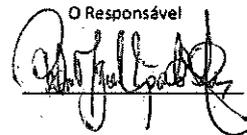
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-23	31-dez-23
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	3 674 701,52	3 717 767,45
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	6 618,15	8 471,80
Investimentos financeiros	17.1	37 292,81	34 523,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 718 612,48	3 760 762,98
Activo corrente			
Inventários	9	120 439,03	121 229,39
Créditos a receber	17.3	1 342 712,80	1 208 933,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	2 606,58	3 235,85
Caixa e depósitos bancários	17.6	4 209 999,64	3 769 175,08
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	4 781,16	6 972,23
Outros Ativos Correntes	17.4	2 014 736,67	765 488,25
		7 695 275,88	5 875 083,99
Total do ativo		11 413 888,36	9 635 796,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1 591 388,23	1 591 388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	5 127 376,90	4 756 325,72
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	2 279 734,97	1 576 620,87
		8 998 500,10	7 924 334,82
Resultado líquido do período		980 820,05	371 051,18
Total dos fundos patrimoniais		9 979 320,15	8 295 386,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	101 684,04	101 684,04
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		101 684,04	101 684,04
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	660 160,18	533 455,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	13 938,72	54 996,14
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	94 106,17	105 599,32
Outros Passivos Correntes	17.10	564 679,10	544 675,91
		1 332 884,17	1 238 726,93
Total do passivo		1 434 568,21	1 340 410,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11 413 888,36	9 635 796,97

O Conselho Executivo



O Responsável



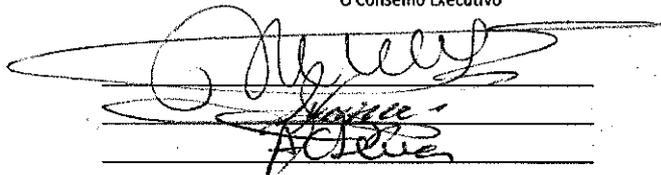
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

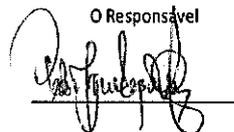
Contribuinte: 500746621
 Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-23	31-dez-22
Prestações de serviços	10	8 041 959,04	6 538 727,59
Subsídios, doações e legados à exploração	17.12	222 292,83	1 136 124,43
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	17.16	155 601,38	132 769,96
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1 349 655,92	1 268 949,61
Fornecimentos e serviços externos	17.13	2 328 139,60	2 406 879,62
Gastos com o pessoal	15	3 774 749,21	3 587 277,42
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-2 100,33
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.14	185 422,96	99 442,61
Outros gastos e perdas	17.15	24 525,66	15 749,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 128 205,82	630 309,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	204 859,22	261 175,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		923 346,60	369 133,50
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	59 760,58	4 110,79
Juros e gastos similares suportados	17.17	2 287,13	2 193,11
Resultados antes de impostos		980 820,05	371 051,18
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		980 820,05	371 051,18

O Conselho Executivo



O Responsável



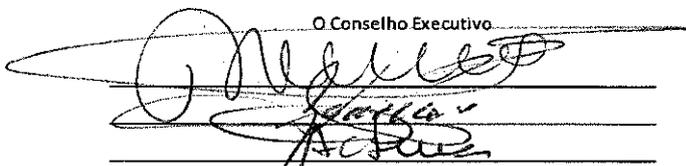
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2023

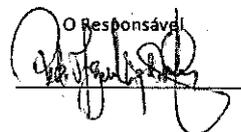
NIPC: 500 746 621.
Moeda: Valores em Euros

RÚBRICAS	DATAS	
	2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	7 522 830,17	7 106 175,03
Pagamentos de subsídios à Exploração	236 231,55	1 136 124,43
Pagamentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	42 913,05	99 442,61
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamento a Fornecedores	3 732 793,45	4 214 916,36
Pagamentos ao Pessoal	2 326 936,30	2 174 444,05
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>1 742 245,02</i>	<i>1 952 381,66</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-1 305 360,63	-1 258 577,40
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>	<i>436 884,39</i>	<i>693 804,26</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	123 577,53	89 277,30
Ativos intangíveis	3 948,30	5 164,55
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	32 413,81	129 241,73
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	82 628,53	22 356,39
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	17 881,20	35 000,00
Juros e rendimentos similares	31 611,95	4 110,79
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>	<i>-27 817,96</i>	<i>-162 216,40</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	34 045,26	5 526,28
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2 287,13	2 193,11
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>	<i>31 758,13</i>	<i>3 333,17</i>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	440 824,56	534 921,03
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 769 175,08	3 234 254,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 209 999,64	3 769 175,08

O Conselho Executivo



O Responsável





Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2023

1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado nos termos dos nºs 1, 5 e 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Base para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho;
- Normas Interpretativas (NI):

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.3 Compreensibilidade

A informação das Demonstrações Financeiras deve ser de fácil compreensão para os Utentes. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por

esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

No corrente anexo merece particular referência a alteração de política de contabilização das participações da Segurança Social, nos termos da FAQ 39 da CNC (ver ponto 10)

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.



3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário ou pelo valor atribuído pela companhia de seguros.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente, revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídas "as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios)".

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.5 Investimentos financeiros

A FAAD é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo efetuado pelo valor de aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor do custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

➤ Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

➤ Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

➤ Outros ativos e passivos financeiros

Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

➤ Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

Não aplicável.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um *exfluxo* que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir *exfluxo* englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

➤ Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços, especialmente com a operacionalidade de TPA's.

➤ Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

A FAAD encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227).

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não houve alterações às políticas contabilísticas seguidas.

5 Ativos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 962 152,12 €	- €	- €	- €	- €	4 962 152,12 €
Equipamento básico	2 161 250,77 €	17 914,54 €	- €	- €	- €	2 179 165,31 €
Equipamento de transporte	188 575,05 €	68 366,58 €	4 195,00 €	- €	- €	252 746,63 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	453 769,12 €	3 106,88 €	- €	- €	- €	456 876,00 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 738,28 €	- €	- €	- €	- €	27 738,28 €
Investimentos em Curso	196 651,76 €	129 241,73 €	- €	- €	- €	325 893,49 €
Total	9 294 881,34 €	218 629,73 €	4 195,00 €	- €	- €	9 509 316,07 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 882 429,25 €	105 718,76 €	- €	- €	- €	2 988 148,01 €
Equipamento básico	2 001 676,25 €	127 179,27 €	- €	- €	- €	2 128 855,52 €
Equipamento de transporte	188 575,05 €	17 091,64 €	4 195,00 €	- €	- €	201 471,69 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	447 095,54 €	4 906,31 €	- €	- €	- €	452 001,85 €
Outros Activos fixos tangíveis	19 956,40 €	1 115,15 €	- €	- €	- €	21 071,55 €
Total	5 539 732,49 €	256 011,13 €	4 195,00 €	- €	- €	5 791 548,62 €

Ilustração 4 - Ativos Fixos Tangíveis 2022

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 962 152,12 €	293 583,72 €	- €	- €	- €	5 255 735,84 €
Equipamento básico	2 179 165,31 €	116 763,25 €	46 125,00 €	- €	- €	2 249 803,56 €
Equipamento de transporte	252 746,63 €	- €	- €	- €	- €	252 746,63 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	456 876,00 €	6 514,43 €	- €	- €	- €	463 390,43 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 738,28 €	299,85 €	- €	- €	- €	28 038,13 €
Investimentos em Curso	325 893,49 €	32 413,81 €	- €	293 583,72 €	- €	64 723,58 €
Total	9 509 316,07 €	449 575,06 €	46 125,00 €	293 583,72 €	- €	9 619 182,41 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 988 148,01 €	120 397,92 €	- €	- €	- €	3 108 545,93 €
Equipamento básico	2 128 855,52 €	55 176,93 €	46 125,00 €	- €	- €	2 137 907,45 €
Equipamento de transporte	201 471,69 €	17 091,64 €	- €	- €	- €	218 563,33 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	452 001,85 €	4 975,78 €	- €	- €	- €	456 977,63 €
Outros Activos fixos tangíveis	21 071,55 €	1 415,00 €	- €	- €	- €	22 486,55 €
Total	5 791 548,62 €	199 057,27 €	46 125,00 €	- €	- €	5 944 480,89 €

Ilustração 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2023

6 Ativos Intangíveis

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	94 427,35 €	5 461,20 €	- €	- €	- €	99 888,55 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	94 427,35 €	5 461,20 €	- €	- €	- €	99 888,55 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	86 252,20 €	5 164,55 €	- €	- €	- €	91 416,75 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	86 252,20 €	5 164,55 €	- €	- €	- €	91 416,75 €

Ilustração 6 - Ativos Fixos Intangíveis 2022

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	99 888,55 €	3 948,30 €	- €	- €	- €	103 836,85 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	99 888,55 €	3 948,30 €	- €	- €	- €	103 836,85 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	91 416,75 €	5 801,95 €	- €	- €	- €	97 218,70 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	91 416,75 €	5 801,95 €	- €	- €	- €	97 218,70 €

Ilustração 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2023

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	146 796,14 €	1 357 689,50 €	- 114 306,64 €	121 229,39 €	1 348 865,56 €	- €	120 439,03 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	146 796,14 €	1 357 689,50 €	- 114 306,64 €	121 229,39 €	1 348 865,56 €	- €	120 439,03 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1 268 949,61 €	- €	- €	1 349 655,92 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Ilustração 8 – Inventários

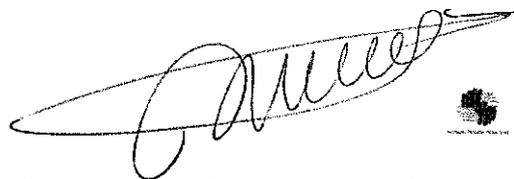
10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	27 540,63 €	23 319,08 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de	841 280,83 €	785 834,44 €
Comparticipações de Entidades Públicas - ISS, IP	1 125 797,93 €	- €
Promoções para captação de recursos	6 047 339,65 €	5 729 574,07 €
Total	8 041 959,04 €	6 538 727,59 €

Ilustração 9 – Rédito

Relativamente aos valores inscritos nesta rubrica, importa esclarecer o facto de nas "Comparticipações de Entidades Públicas – ISS, IP", não haver comparativo do ano transato. Tal resulta da necessidade de dar cumprimento à FAQ 39 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, que refere que os montantes recebidos por entidades do setor não lucrativo, alusivas a participações de respostas



sociais que estejam dependentes da variação da frequência dos utentes, devem ser registados numa conta de prestação de serviços ao invés da conta subsídios à exploração (como ocorreu até ao ano 2022).

Apresentamos de seguida um quadro elucidativo de como ficaria esta rubrica, caso não tivesse ocorrido esta alteração na contabilização das participações referentes às respostas sociais.

Descrição	2023	2022
Vendas	27 540,63 €	23 319,08 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	841 280,83 €	785 834,44 €
Promoções para captação de recursos	6 047 339,65 €	5 729 574,07 €
Total	6 916 161,11 €	6 538 727,59 €

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

➤ Provisões

Mantém-se a provisão constituída no ano 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da “Casa Sarah-Beirão” em Travanca de Lagos.

➤ Passivos contingentes

Não se aplica.

➤ Ativos contingentes

Não se aplica.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	59 149,68 €	983 565,07 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	102 748,75 €	132 525,40 €
Autarquias	17 950,34 €	- €
POPH	- €	- €
IFAP/QREN Pro Centro	- €	117,26 €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	2 911,92 €
Apoios do Governo		
Total	179 848,77 €	1 119 119,65 €

Ilustração 10 - Subsídios e Apoios do Governo

Em resultado do explicado no ponto anterior, também nesta rubrica se verifica uma diferença significativa nos “subsídios do ISS, IP”, quando comparado com o valor inscrito no ano 2022. Neste caso, o valor aqui apresentado no ano 2023, respeita apenas aos valores recebidos de participações de resposta sócias, cujo montante não depende da variação da frequência dos utentes. Neste caso temos o montante recebido como apoio à remuneração da Educadoras afetas ao Pré-Escolar (Programa PEDEPE) e o montante recebidos da resposta “Apartamento Autonomização”.

Apresentamos de seguida um quadro elucidativo de como ficaria esta rubrica, no caso de não se verificar esta alteração.

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	1 184 947,61 €	983 565,07 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	102 748,75 €	132 525,40 €
Autarquias	17 950,34 €	- €
POPH	- €	- €
IFAP/QREN Pro Centro	- €	117,26 €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	2 911,92 €
Apoios do Governo		
Total	1 305 646,70 €	1 119 119,65 €

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos manteve-se tal como no ano transato, sendo o Conselho de Administração constituído por 7 elementos, 3 dos quais executivos (Conselho Executivo) e os restantes não executivos. Mantém-se a inexistência de qualquer vínculo como entidade patronal e as funções são desempenhadas sem qualquer remuneração.

O número médio de funcionários com vínculo contratual na FAAD a 31/12/2022 era de 212, passando a ser de 211 à mesma data do ano 2023.

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais		- €
Remunerações ao pessoal	3 079 709,63 €	2 884 470,79 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre as Remunerações	636 949,02 €	626 211,97 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	24 038,49 €	21 223,84 €
Gastos de Acção Social	3 772,71 €	4 149,16 €
Outros Gastos com o Pessoal	30 279,36 €	51 221,66 €
Total	3 774 749,21 €	3 587 277,42 €

Ilustração 11 - Benefícios dos Empregado

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2023 foram de 7.200,00€ e respeitam exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6 078,20 €	6 078,20 €
Outros investimentos financeiros	31 214,61 €	28 445,53 €
Perdas por imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	37 292,81 €	34 523,73 €

Ilustração 12 - Investimentos Financeiros

Descrição	2023	2022
Cooperativa Rádio Boa Nova	5 000,00 €	5 000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1 078,20 €	1 078,20 €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

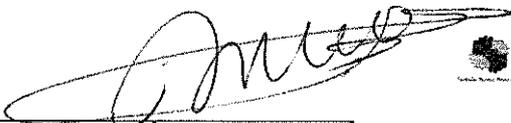
Nesta rubrica encontra-se reconhecido o valor referente ao Fundo de Compensação dos trabalhadores (cujas contribuições cessaram em maio de 2023), bem como as participações de capital, ao método do custo.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2022 e 2023 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:



Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	1 337 095,25 €	1 202 498,17 €
Utentes	5 617,55 €	6 435,02 €
Cientes e Utentes Títulos a Receber		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes factoring		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Total	1 342 712,80 €	1 208 933,19 €

Ilustração 13 - Créditos a Receber

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 147 631,35 €	631 021,25 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	874 523,81 €	141 885,49 €
Perdas por Imparidade	- 7 418,49 €	- 7 418,49 €
Total	2 014 736,67 €	765 488,25 €

Ilustração 14 - Outros Ativos Correntes

Na rubrica "devedores por acréscimo de rendimentos" encontram-se registados:

- valor referente à atividade cirúrgica ao abrigo do Programa SIGIC, cujo reconhecimento tem de ser realizado pelo facto de se verificar um desfazamento temporal entre a data da prestação dos serviços e a data de faturação (que resulta do cumprimento da legislação aplicável). Desta forma, temos de proceder ao apuramento de um valor estimado, tanto no que respeita ao rendimento (291.362,76€), como ao gasto (honorários médicos – ver ponto 17.10);
- valor referente à atividade extra realizada ao abrigo dos SNS, no que respeita a cirurgia (internamento e ambulatório), internamento em medicina e serviço de consulta aberta (463.624,22€), da qual se aguarda instrução para faturação por parte do Ministério da Saúde, pois já está dado como conferido pela ARS Centro;
- valor referente ao acerto final do protocolo SNS (189.986,26€), que foi faturado em janeiro de 2024 após conferência por parte da ARS Centro do relatório final de execução do protocolo;
- valor referente a processos de anos anteriores que se encontram em reclamação judicial, estando a FAAD a aguardar o resultado do recurso interposto pela ARS Centro o qual contestámos (174.509,48€);

- valor estimado de juros de depósitos a prazo realizados no ano 2023, cujo vencimento ocorrerá em 2024 (28.148,63€).

Na rubrica "outros devedores" encontra-se registado:

- valor referente ao reforço da candidatura ao programa PARES 3.0 (obra cozinha);
- valor referente ao reforço (11.500€) do apoio do valor máximo elegível (valor do IVA), da candidatura ao PRR Mobilidade Verde Social;
- valor referente ao reconhecimento dos contratos de apoio ao abrigo do programa Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT/PRR) celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) (704.960,12€), tendentes à recuperação de dois imóveis no centro da cidade, para apartamentos de autonomia e alojamentos de emergência (prédio AG Madeira e Artur Carolo). As obras já se encontram licenciadas e em breve serão lançados os concursos de empreitada ao abrigo do CCP.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 606,58 €	3 235,85 €
Total	2 606,58 €	3 235,85 €
Rendimentos a Reconhecer		
Serviços a Prestar	13 938,72 €	54 996,14 €
Total	13 938,72 €	54 996,14 €

Ilustração 15 – Diferimentos

Na rubrica de "Gastos a Reconhecer", encontra-se registado o valor referente a seguros que serão pagos em 2024, e cujo gasto é do ano 2023.

Encontra-se registado na rubrica "Rendimentos a Reconhecer", um valor recebido respeitante a acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social, que antecipou pagamento de valores de comparticipação para serviços a prestar em 2024.

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	2 082,97 €	2 215,76 €
Depósitos à ordem	307 904,53 €	2 050 393,94 €
Depósitos a prazo	3 900 012,14 €	1 716 565,38 €
Outros	- €	- €
Total	4 209 999,64 €	3 769 175,08 €



17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 591 388,23 €	- €	- €	1 591 388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	4 756 325,72 €	371 051,18 €	- €	5 127 376,90 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 576 620,87 €	731 356,15 €	28 242,05 €	2 279 734,97 €
Total	7 924 334,82 €	1 102 407,33 €	28 242,05 €	8 998 500,10 €

Ilustração 17 - Fundos Patrimoniais

As variações ocorridas na rubrica de "Fundos Patrimoniais" resulta:

- Transferência do resultado líquido do ano 2022, no valor de 371.051,18€ para a conta de Resultados transitados, de acordo com deliberação do Conselho de Administração;
- Diminuição, pela imputação de subsídios do proporcional anual referente a subsídios atribuídos à FAAD e doações;
- Aumento pela imputação de novos subsídios aprovados (Pares 3.0 e PRR, BNAUT/IHRU).

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	660 160,18 €	533 455,56 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	660 160,18 €	533 455,56 €

Ilustração 18 - Fornecedores

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros entes públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 781,16 €	6 972,23 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	4 781,16 €	6 972,23 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	23 890,98 €	31 268,99 €
Segurança Social	70 215,19 €	73 596,79 €
Outros Impostos e Taxas	- €	733,54 €
Total	94 106,17 €	105 599,32 €

Ilustração 19 - Estado e Outros Entes Públicos

Encontra-se registado na rubrica do ativo, o valor respeitante aos reembolsos de IVA pedidos (50% do valor do IVA suportada na aquisição de produtos alimentares, obras/manutenção de equipamentos e ativos fixos tangíveis), que à data de encerramento não tinham ainda sido reembolsados (4.781,16€). Ao longo do ano o valor dos reembolsos pedidos foi de 14.671,48€.

Na rubrica do passivo, encontram-se registados os valores liquidados pela FAAD em 2023, a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais, cujo pagamento foi realizado em janeiro de 2024.

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

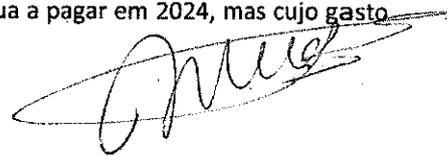
Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	564 028,68 €	- €	544 293,54 €
Remunerações a pagar	- €	452 873,84 €	- €	439 995,64 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	111 154,84 €	- €	104 297,90 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de Investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	- €	- €	- €
Outros credores	- €	650,42 €	- €	382,37 €
Total	- €	564 679,10 €	- €	544 675,91 €

Ilustração 20 - Outros Passivos Correntes

Nesta rúbrica encontra-se registado:

- remunerações aos funcionários, que sendo gasto de 2023, serão pagas em 2024;
- estimativa de IMI a pagar em 2024, referente a 2023;

- c) acréscimo de gastos associados à prestação de serviços médicos ao abrigo do programa SIGIC no valor de 105.372,69€;
- d) acréscimo de gastos referente ao valor de eletricidade e água a pagar em 2024, mas cujo gasto é de 2023 (5.782,15€).



17.11 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	179 848,77 €	1 119 119,65 €
Subsídios de outras entidades	8 398,80 €	11 478,50 €
Doações e heranças	34 045,26 €	5 526,28 €
Quotizações Liga Amigos	- €	- €
Legados	- €	- €
Total	222 292,83 €	1 136 124,43 €

Ilustração 21 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” encontram-se divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

Nesta rubrica importa, uma vez mais fazer menção ao explicado nas notas 10 e 12 deste anexo, uma vez que também aqui se verifica uma diferença no montante dos “Subsídios do Estado e outros entes públicos”, quando comparados os dois anos apresentados. Como já referido, tal ocorreu pela obrigatoriedade de alteração do registo contabilístico das comparticipações dos acordos de cooperação.

Apresenta-se de seguida uma tabela onde é possível aferir quais os valores inscritos, no caso de não ocorrer qualquer alteração na contabilização das comparticipações.

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 305 646,70 €	1 119 119,65 €
Subsídios de outras entidades	8 398,80 €	11 478,50 €
Doações e heranças	34 045,26 €	5 526,28 €
Quotizações Liga Amigos	- €	- €
Legados	- €	- €
Total	1 348 090,76 €	1 136 124,43 €

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	152 782,05 €	213 781,39 €
Serviços especializados	1 978 783,12 €	1 981 245,86 €
Materiais	21 480,13 €	23 659,62 €
Energia e fluidos	120 885,00 €	119 407,60 €
Deslocações, estadas e transportes	11 753,17 €	25 443,49 €
Serviços diversos	42 456,13 €	43 341,66 €
Total	2 328 139,60 €	2 406 879,62 €

Ilustração 22 – Fornecimentos e Serviços Externos

17.14 Outros rendimentos

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	42 335,05 €	38 054,55 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 645,93 €	2 810,99 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	578,00 €	60,00 €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	83 128,53 €	22 356,39 €
Outros rendimentos e ganhos	55 735,45 €	36 160,68 €
Total	185 422,96 €	99 442,61 €

Ilustração 23 – Outros Rendimentos

17.15 Outros gastos

Descrição	2023	2022
Impostos	3 718,35 €	2 836,16 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	- €	2 100,33 €
Perdas em inventários	7 194,36 €	4 811,62 €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	13 612,95 €	6 000,98 €
Total	24 525,66 €	15 749,09 €

Ilustração 24 – Outros Gastos

Nas "perdas em inventários" encontra-se reconhecidos os valores referentes a artigos deteriorados ou fora de prazo de validade, cuja troca junto do fornecedor não foi possível.

17.16 Trabalhos para a Própria Entidade

A rubrica "Trabalhos para a Própria Entidade" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Autoconsumos	4 334,36 €	6 025,57 €
Subsidio Alimentação	151 267,02 €	126 744,39 €
TOTAL	155 601,38 €	132 769,96 €

Ilustração 25 – Trabalhos para a Própria Entidade

Os valores inscritos nesta rubrica resultam das seguintes situações:

- Exploração da quinta, que origina a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, que são valorizados em função do preço de mercado;
- Imputação do valor referente ao subsídio de refeição, de acordo com o estabelecido no CCT, em virtude do mesmo ser pago em espécie.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2 287,13 €	2 193,11 €
Total	2 287,13 €	2 193,11 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	59 760,58 €	4 110,79 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	- €	- €
Total	59 760,58 €	4 110,79 €
Resultados Financeiros	57 473,45 €	1 917,68 €

Ilustração 26 – Resultados Financeiros

Nos Resultados Financeiros encontram-se registados:

- Como rendimento, os juros de depósitos a prazo obtidos;
- Como gasto, as comissões de utilização dos terminais multibanco e outras despesas bancárias.

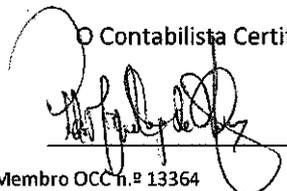


17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Apesar de todos os constrangimentos inerentes a esta situação a FAAD adaptou-se, pelo que os factos observados no ano 2023, devidamente divulgados no relatório de gestão e demonstrações financeiras, não tiveram impactos adicionais na atividade registada nos primeiros meses de 2024, exceto os já salientados neste documento.

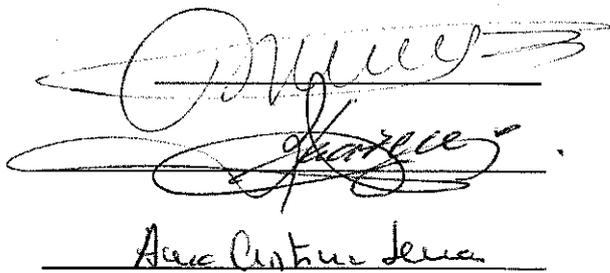
Oliveira do Hospital, 1 de março de 2023

O Contabilista Certificado



Membro OCC n.º 13364

O Conselho Executivo



ANEXOS

Ata número setenta e quatro

Aos vinte e seis dias de mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro reuniu na sede da Fundação Amélio Amaro Diniz o Conselho Fiscal. A ordem de trabalhos tinha como ponto inicial a emissão de parecer sobre as Relações de Atividades e Contas referentes aos exercícios do ano de dois mil e vinte e três. Todos os membros do órgão estiveram presentes verificando-se o quórum necessário à constituição da reunião, pelo que foi dada início à ordem de trabalhos.

O Presidente do Conselho Fiscal apresentou aos restantes membros do órgão a seguinte documentação para análise: Relações de Atividades e Contas, anexo ao balanço e demonstração de resultados a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e três; para além dos referidos documentos, tomou ainda em consideração a Certificação legal de Contas nesta data realizada pelo Revisor Oficial de Contas.

Em sede de discussão, verificou o Conselho Fiscal que o Relatório acima referido foi realizado de acordo com as normas vigentes, tratando-se com transparência adequada a situação da instituição e a regularidade e a legalidade da sua atividade. O Presidente do Conselho Fiscal propôs então a emissão de parecer favorável às Relações de Atividades e Contas de ano de dois mil e vinte e três. Submetida tal proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

O Conselho Fiscal fez uma recomendação constante de Relatórios de Revisor Oficial de Contas em matéria da "instituição de controlos na área do inventário e a formalização de manual de controlo interno, endossando os conteúdos que vêm sendo feitos", reforçando a transparência e o rigor

de gestão que vem reconhecendo ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelos Serviços Contabilísticos e Financeiros para o qual não poderia cabalmente exercer a sua função.

Nada mais havendo a tratar, a reunião, que havia sido iniciada às dez e meia horas, foi encerrada às dez e quinze horas e quinze minutos, logo após a leitura e a aprovação por unanimidade da presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

Pedro Miguel Faria de Jesus
Doutor António Luís Almeida
Nuno Miguel Faria Faria Santos

Ata n.º 574

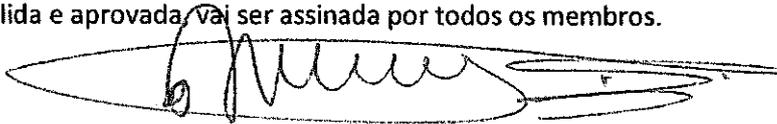
Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu na sala de direção sita ao Lar de Terceira Idade, o Conselho de Administração da Fundação de Aurélio Amaro Diniz, com a presença de todos os membros, no sentido de apreciar o relatório e contas da instituição referente ao ano transato, acompanhadas do relatório do Revisor Oficial de Contas e do parecer do Conselho Fiscal.

Atentos ao teor dos documentos, foram os mesmos aprovados por unanimidade, pelo que serão disponibilizados na nossa página da internet no sítio www.faad.online.pt e proceder à sua submissão junto da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, preenchimento do formulário da Segurança Social pela aplicação OCIPSS e cumprimento das demais formalidades fiscais e legais.

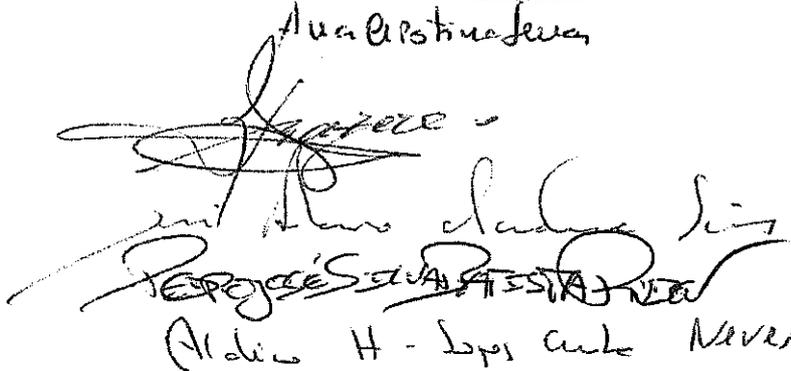
Foi ainda deliberado a transferência do resultado positivo de 980.820,05€ para a conta de resultados transitados, que passará ao valor de 6.108.196,95€.

O Sr. Presidente deu nota de que, após a emissão destes documentos pelo Conselho Executivo tiveram conhecimento de que a ACSS deu a indicação, ainda que telefónica pela Sr.ª Dr.ª Teresa Oleiro, de que a verba utilizada acima do valor previsto pela ARS Centro em termos protocolares, terá de ser incluída no *plafond* previsto para 2024, o que representa um constrangimento acrescido para a atividade do Hospital, à revelia do que havia sido prometido por responsáveis do Ministério da Saúde. Recordando que esse ultrapassar de verbas foi solicitado pelo departamento de contratualização para dar resposta à crescente lista de espera cirúrgica e para manter o atendimento na urgência (cuja verba se esgotou em agosto/2023), a sua inclusão no *plafond* de 2024 fará reduzir em ¼ a disponibilidade de atividade no corrente ano, antevendo-se que a atividade administrativamente possível para utentes do SNS ficará satisfeita antes do final do primeiro semestre. Nesse sentido, delibera-se apresentar desde já à ACSS relatório que evidencie essa circunstância, de impacto grave junto da população e que de tal se dê conhecimento à CNIS, gabinete da Sr.ª Ministra da Saúde recém-empossada, ao Departamento de Contratualização da ARS Centro (se ainda em funções) e à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros.



Aurélia Cristina de Jesus



Aldino H. Lopes Antunes Neves



Ata n.º 575

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu na sala de direção sita ao Lar de Terceira Idade, o Conselho Executivo da Fundação de Aurélio Amaro Diniz, com a presença de todos os membros, tendo deliberado sobre os seguintes assuntos constantes da ordem de trabalhos:



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

AK

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31-12-2023 (que evidencia um total de 11 413 888,36 euros e um total de fundos patrimoniais de 9 979 320,15 euros, incluindo um resultado líquido de 980 820,05 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS, em 31-12-2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como referido no Anexo (notas 17.4 e 17.10) e pelos motivos aí divulgados, a Entidade não faturou alguns serviços prestados na área hospitalar relativos a 2023, o que determinou o uso de estimativas nas rubricas de rendimentos e de gastos (honorários médicos correspondentes).

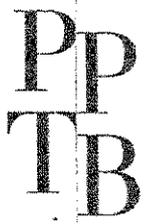
A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

-preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a

M



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da



PIEADA, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades:

-avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subsequentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 25 de março de 2024

Piedade, Penacho, Taborda, Baptista & Associados, SROC, Lda.
Representada por:

Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC n.º 1479
(registado na CMVM sob o n.º 20161089)

